

Formação Política no MST: Reflexões Sobre as Repercussões da Crise
Hídrica na Luta pela Terra
Marília Fonseca Del Passo
Fabiana de Cássia Rodrigues

Como citar: DEL PASSO, Marília Fonseca; RODRIGUES, Fabiana de Cássia. Formação Política no MST: Reflexões Sobre as Repercussões da Crise Hídrica na Luta pela Terra. *In:* NOVAES, Henrique Tahan (org.). **Educação para além do capital e políticas educacionais na América Latina**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 147-170. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-337-3.p147-170>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Capítulo 6

Formação Política no MST: Reflexões Sobre as Repercussões da Crise Hídrica na Luta pela Terra

*Marília Fonseca Del Passo*¹
*Fabiana de Cássia Rodrigues*²

Amar o campo, ao fazer a plantação,
não envenenar o campo é purificar o pão.
Amar a terra, e nela plantar semente,
a gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.
A gente cultiva ela, e ela cultiva a gente.
– Zé Pinto, “Caminhos alternativos”

Introdução

Este ensaio aborda o tema da formação política no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), atrelada à concepção de reforma agrária do movimento, segundo a compreensão de que o “entendimento que se construiu em torno da problemática agrária é constitutivo do horizonte que se estabeleceu para as lutas e se insere no trabalho de formação política daqueles que compõem o movimento” (RODRIGUES, 2020, p. 27).

¹ Estudante de pedagogia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Coordenadora do setor de comunicação e cultura do Acampamento *Marielle Vive!*. Atua na Rede de Combate à Violência Doméstica do MST no estado de São Paulo. E-mail: mardelpasso@gmail.com

² Economista. Doutora em Educação. Professora do Departamento de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Educação, da Universidade Estadual de Campinas. (Unicamp, Campinas, Brasil). E-mail: fabricrod@unicamp.br.

Com o passar das décadas, o MST elaborou sua compreensão denominando-a de “Reforma Agrária Popular”, trazendo em seu bojo o qualificativo da agroecologia como um modo de se relacionar com a produção agrícola, que determinaria novas articulações entre campo e cidade por meio da produção e da distribuição de alimentos saudáveis, diversificados e a preços justos. Além de se empenhar na reestruturação fundiária, anunciava-se a necessidade de repensar as formas produtivas, numa resposta contra a destruição ambiental promovida pelo agronegócio. Segundo NOVAES *et al.*,

a agroecologia é um conceito político-econômico e cultural que mobiliza o MST, no sentido de forjar novas relações sociais que incluem: o trabalho associado; a utilização adequada dos agrossistemas; a reconstrução da agricultura via reforma agrária popular, com gestão democrática e participativa nos sistemas cooperativados e agroecológicos de produção; a questão de gênero; a questão da desmercantilização e formação educacional para a agroecologia. (2015, p. 209-210)

O modelo produtivo do agronegócio é denunciado não somente pela apropriação indevida, injusta socialmente e, em muitos casos, ilegal da terra; urge indicar que estão em risco a saúde – tanto das pessoas que atuam no cultivo com agrotóxicos, como daquelas que consomem seus produtos –, o solo – por seu envenenamento sistemático – e as reservas florestais, se mantida a expansão extensiva das propriedades como se observa sistematicamente na história do país. O Brasil tem utilizado agrotóxicos de maneira crescente nos últimos anos, em 2000 foram utilizadas 170.000 toneladas, tendo crescido 135% até 2014, quando chegou a 500.000 toneladas, o que representa cerca de 20% de todo o agrotóxico comercializado mundialmente (BOMBARDI, 2017).

O pujante agronegócio, fundado na monocultura e voltado primordialmente às exportações, enquanto concentra a riqueza em poucas mãos, produz a miséria e a fome. Sob a pandemia de covid-19, a situação agravou-se ainda mais; segundo inquérito realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Segurança e Soberania Alimentar, menos da metade dos domicílios brasileiros (44,8%) tinha seus moradores em segurança alimentar, dos demais (55,2%), que viviam insegurança alimentar, 9% conviviam com a fome por estarem em insuficiência alimentar grave, número que é ainda maior na área rural, onde essa situação vigia em 12% dos domicílios (REDE PENSSAN, 2021).

A desigualdade social atrelada à questão agrária é um dado que percorre os séculos da formação social brasileira, logo compreender os nexos que vinculam a maneira como o solo é utilizado e a realidade da fome se faz necessário num trabalho de formação política daqueles que se engajam pela reforma agrária, como já se notou na pesquisa sobre o tema nas origens do movimento (RODRIGUES, 2020).

Contudo, atualmente, constata-se que novos elementos se tornam prementes na luta devido à crise ambiental e climática. A disputa por terra, em 2021, traz a lume, irremediavelmente, as emergências socioambientais e os desafios para a existência humana no futuro. Desse modo, os processos educativos que são promovidos no curso da luta articulam a questão agrária secular brasileira à crise ambiental.

Nosso lócus de observação e reflexão é a experiência que tem sido vivenciada no Acampamento *Marielle Vive!*, que se situa na estrada dos Jequitibás, km 7, no município de Valinhos, desde 14 de abril de 2018. São 420 famílias morando no local em luta pela reforma agrária popular, por moradia digna e trabalho. O texto ora apresentado foi realizado com base em visitas ao território, diálogos com partícipes do acampamento, documentos e imagens produzidos pelo MST e tem por

objetivo discutir a maneira como os desafios no acesso à água para consumo das famílias e para a produção agrícola têm sido convertidos em mote para a formação política das pessoas acampadas.

Desse modo, o ensaio está organizado em duas partes, além desta breve introdução e das considerações finais: 1) *Terra e Água – Lutas que se encontram no Marielle Vive!*. Nessa parte abordamos o desafio de atender às necessidades de acesso à água, seja para consumo das famílias, seja para a produção agrícola, enfrentado desde o primeiro dia da ocupação. Indicamos, em especial, os caminhos que têm sido construídos coletivamente pelo movimento em parceria com especialistas das universidades; 2) *O coletivo de mulheres que converte a crise hídrica em potência artística e de resistência*. Essa segunda parte do texto discute a experiência das *arpilleras*, com origem na resistência à ditadura chilena, os bordados têm sido via de comunicação e expressão artística das mulheres acampadas que tecem suas dores e esperanças conectadas à luta pela terra e pela água.

Terra e Água – Lutas que se encontram no *MARIELLE VIVE!*

O território em que se encontra o Acampamento *Marielle Vive!* está localizado em área rural de preservação ambiental. Trata-se de uma Área de Preservação Ambiental (APA)³, na Serra dos Cocais, criada pela lei municipal nº 3840, de 10 de dezembro de 2004. O local encontra-se em disputa entre o MST e grupos econômicos interessados na

³ Essas áreas de proteção ambiental “[...] pertencem a uma categoria das unidades de conservação destinadas ao uso sustentável e que permitem um certo grau de ocupação humana”, elas “visam proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso de recursos naturais” (SILVA, 2020, p. 53).

especulação imobiliária por meio de projetos para loteamento e construção de condomínios.

Neste artigo, enfocamos um dos problemas centrais enfrentados pelas famílias: o acesso à água potável, uma vez que o local não possui ligação com a rede de água e esgoto, e visto que a região de Valinhos enfrenta uma crise hídrica, vivenciada com agudez pelas famílias do *Marielle Vive!*.

A água constitui uma das “necessidades humanas vitais”, isto se deve ao fato de que 80% do corpo humano é feito de água e, enquanto é possível sobreviver um mês sem alimentos, os seres humanos não resistem a uma semana sem água. Desde julho de 2010, a Organização das Nações Unidas reconheceu formalmente a existência do direito humano à água, daí decorreram normas internacionais que determinam que os serviços de água e saneamento devem ser física e financeiramente acessíveis, bem como disponíveis em quantidade e qualidade suficientes (CASTRO; HELLER; MORAES, 2015).

No Brasil, a emenda constitucional PEC 6/21, que inclui a água na lista dos direitos e garantias fundamentais, foi aprovada no Senado Federal em 2021 e segue em tramitação.

Nos anos mais recentes, cresce a tensão em torno do acesso à água devido à crise hídrica enfrentada em algumas partes do país. Uma das razões se deve ao desmatamento da Amazônia, que tem significado uma diminuição no volume anual de chuvas. Entre 1991 e 2020, o Brasil perdeu 15,7% da superfície de água, ou seja, cerca de 3,1 milhões de hectares que eram reservatórios de água se tornaram ambientes secos. A dinâmica extensiva de expansão do agronegócio que gera o ciclo – derrubada da floresta, extração de madeira e, em seguida, formação de fazendas de gado ou soja – agrava o clima no centro-sul do país. Os rios voadores perdem volume, ou seja, as correntes de ar invisíveis que

carregam umidade sobre as nossas cabeças, saindo da bacia amazônica e se dirigindo ao Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país diminuem (NOBRE, 2014). Resulta que chove menos e, não fortuitamente, cidades como Valinhos vivenciam racionamento de água. Realidade ainda mais grave é vivenciada pelos moradores do *Marielle Vive!*, já que a falta de água – seja de chuva, seja decorrente da ausência de rede de fornecimento – torna-se elemento de pressão política contra as pessoas acampadas.

Importante ressaltar que a Serra dos Cocais, onde fica o acampamento, constitui uma APA devido à sua importante condição de armazenar água em suas montanhas, desde que sejam reflorestadas com Sistemas Agroflorestais, produzindo alimentos e “chamando chuva” através da liberação de sais de potássio pelas árvores na atmosfera, atraindo os rios voadores vindos da Amazônia.

Desde o início da ocupação, houve resistência do poder público a garantir o fornecimento de água. Diversas manifestações foram feitas, tendo ocorrido a morte de um sem-terra – o Sr. Luis Ferreira – atropelado em frente ao acampamento enquanto participava de um ato público que reivindicava o fornecimento de água.

Desde o primeiro dia da ocupação, houve a auto-organização dos sem-terra para, na medida do possível, proverem suas necessidades hídricas. No primeiro dia no território, cada família levou água para consumo próprio; nas semanas seguintes, apoiadores e os moradores que possuíam carros buscavam água em outros locais e levavam para o acampamento. Houve também a solidariedade vicinal, uma das sitiantes vizinhas liberou o acesso à água por certo tempo.

O local possui uma fonte de água, uma nascente. No entanto, análises da qualidade da água foram realizadas e constatou-se que se

tratava de fonte imprópria para consumo, por conter materiais impuros e coliformes fecais.

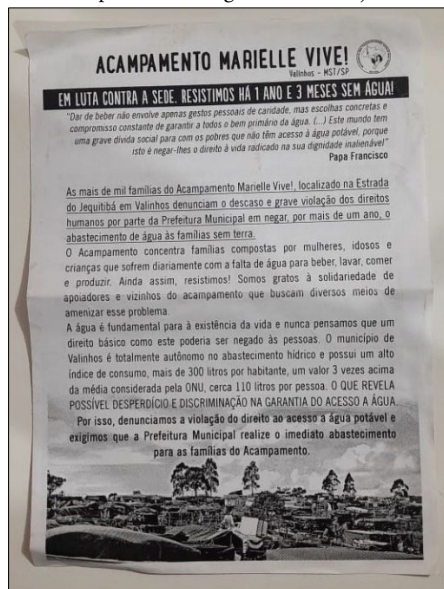
Diante das dificuldades, diversas iniciativas foram tomadas, como a construção de um filtro de purificação artesanal com carvão ativado para purificar a água da mina. O filtro conectava-se à caixa d'água, e sua filtragem somada à cloração ajudavam a purificar a água para consumo humano.

Semanas depois do início da ocupação, o padre Antônio Isao Yamamoto, da paróquia São Sebastião em Valinhos, começou a ceder água de seu rancho. Os sem-Terra organizaram carros e um caminhão que realizavam cerca de duas viagens por dia. Também foi liberado, através dos vizinhos Seu Zé Albino e Seu Divino, o acesso à água da Biquinha, uma ocupação urbana que fica na beira da pista na estrada dos jequitibás a 1,5 km do Acampamento *Marielle Vive!* e possui várias nascentes que abastecem seus moradores.

Nos primeiros meses da ocupação, foi protocolado na prefeitura o pedido de água potável com o prefeito Orestes Previtale que nunca foi atendido. Além disso, foi formalizado também um ofício no Departamento de água e esgoto de Valinhos (DAEV) com a ONG Dorothy Stang que, também, nunca foi atendido.

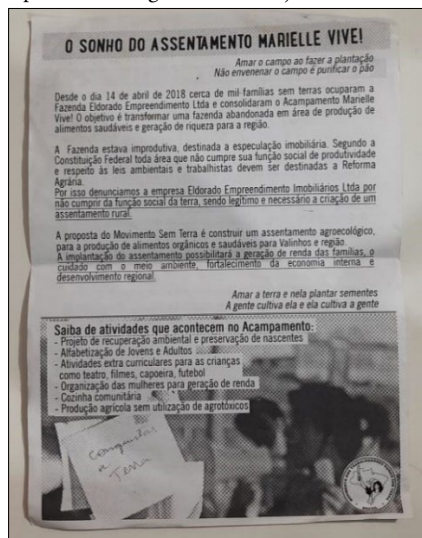
Após 1 ano e 3 meses de ocupação, e sem obter retorno da prefeitura quanto à necessidade de água, os sem-terra organizaram uma manifestação pacífica em frente ao acampamento em 18 de julho de 2019. Na ocasião, distribuíram um panfleto que denunciava a situação e pedia acesso à água às 900 famílias que lá residiam na ocasião. No ato também entregavam aos transeuntes sementes e produtos agroecológicos plantados no local, mesmo com toda a dificuldade de acesso hídrico. Foi justamente nessa manifestação que o acampado Sr. Luis Ferreira foi assassinado em um atropelamento intencional.

Imagem 1 – Panfleto (frente) distribuído pelos manifestantes por acesso à água, em 18 de julho de 2019



Fonte: Arquivos Acampamento *Marielle Vive!*

Imagem 2 – Panfleto (verso) distribuído pelos manifestantes por acesso à água, em 18 de julho de 2019



Fonte: Arquivos Acampamento *Marielle Vive!*

A partir da repercussão do assassinato de um sem-terra e do trabalho do grupo que constituiu o Núcleo de Incentivo a Práticas Autocompositivas (NUIPA) do Ministério Público, o DAEV iniciou o abastecimento com um caminhão que fornecia 10 mil litros por dia, quantidade ainda insuficiente para atender às necessidades das famílias. Nessas circunstâncias, foram indicadas prioridades para definir a distribuição da água fornecida pela prefeitura: mães solas, crianças e idosos. Cabe mencionar que existe bastante dificuldade nesse acesso devido à irregularidade no fornecimento. Atualmente o caminhão tem levado água ao acampamento cinco vezes na semana.

Com relação à produção agrícola, o acampamento atuou dentro das possibilidades existentes. O primeiro ano foi bastante difícil, mas houve avanços com a constituição de uma melhor estrutura para direcionar água da mina para a produção, em conformidade legal, no ano de 2019.

Em junho de 2019, foi doada, por apoiadores, uma bomba de sistema roda d'água e mangueiras para enviar água à cozinha coletiva que diariamente prepara refeições para os moradores. Em dezembro do mesmo ano, foi conquistada uma bomba de estágio à gasolina para enviar água à produção da horta coletiva, a Horta Mandala, estruturada a partir de princípios agroecológicos que pressupõem a variedade de cultivo.

Foi feito também um barramento da nascente, seguindo as normas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), assim, houve o aumento da capacidade de captação de água. Trata-se de um trabalho de contenção de águas de enxurrada que se formam dentro do próprio acampamento por meio da construção de valas de infiltração niveladas (*swales*) e barraginhas. Como a distância e a altura exigiam muito dos equipamentos e as bombas estavam gerando diversos

problemas e custos, organizou-se uma campanha de financiamento coletivo para a instalação de uma bomba movida por energia fotovoltaica. Com o uso desse sistema, foi possível aumentar a captação e distribuição de água, de 2 pontos de distribuição passou-se para 3 pontos de distribuição localizados na cozinha coletiva, na Horta Mandala e no espaço da escola popular Luis Ferreira⁴.

Imagem 3 – Placas fotovoltaicas instaladas para gerar energia ao sistema de captação e distribuição de água



Fonte: Arquivos do Acampamento *Marielle Vive!*

A partir de dezembro de 2019, a produção aumentou, após a derrubada do segundo pedido de reintegração de posse no Tribunal de Justiça em agosto daquele ano. Com o maior enraizamento da comunidade na área e diante de melhores condições de distribuição da água captada na mina, cresceu o cultivo da Horta Mandala.

⁴ Anteriormente à ocupação da terra, existiu no local uma pequena escola que atendia os moradores de uma antiga granja. Essa edificação fica hoje, em grande medida, sob a responsabilidade do setor de educação, que coordena uma série de atividades com as crianças, os jovens e os adultos do acampamento.

Imagem 4 – Início da estruturação da Horta Mandala, em outubro de 2019



Fonte: Arquivos do Acampamento *Marielle Vive!*

Imagem 5 – Horta Mandala em novembro de 2019



Fonte: Arquivos do Acampamento *Marielle Vive!*

Imagem 6 – Horta Mandala com abundante produção



Fonte: Arquivos do Acampamento *Marielle Vive!*

Imagem 7 – Vista aérea da Horta Mandala



Fonte: Arquivos do Acampamento *Marielle Vive!*

Com base na auto-organização, o MST vem trabalhando no Acampamento *Marielle Vive!* para melhorar as cabeceiras das nascentes de água e vertentes com a revitalização da mata pelo plantio de árvores e por manejos sustentáveis. Após um ano da prática desses cuidados com o meio ambiente, uma segunda análise de água mostrou melhora na qualidade, mas ainda não sendo potável. Em 30 de junho de 2021, foram coletadas duas novas amostras pelo Laboratório de Saneamento

(LABSAN/UNICAMP), a partir de um curso hídrico superficial, e apresentaram boas condições de qualidade. Deve ser destacada a baixa turbidez e a ausência da bactéria *Escherichia coli* e a pequena concentração de bactérias do grupo coliformes totais. A presença de *Escherichia coli* seria um indicador da existência de contaminação de origem fecal na localidade.

Durante todo o processo, as famílias também adotaram a prática do armazenamento de água em cacimbas, calhas, e, assim, podem ter melhores alternativas para a produção agrícola. Parte das pessoas são provenientes da área do semiárido do país e trazem a cultura da resistência, desenvolvem o plantio com pouca água e conseguem manter o cultivo, por exemplo, de feijão guandu, macaxeira, banana, em razão de suas experiências pregressas. Além das práticas que aumentam a segurança alimentar das famílias que plantam tubérculos e vegetais para consumo familiar.

O movimento social tem estudos e documentos internos elaborados por especialistas de diferentes universidades – como a Universidade de São Paulo (USP), a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – que trazem a demanda por água pelo movimento, propostas para captação e distribuição, assim como trabalhos de preservação para limpeza e aumento dos fluxos de água visando aumentar a produção agroecológica das famílias e abastecer adequadamente com água potável as 420 famílias que hoje vivem no território.

Em 1 de junho de 2021, também com base na auto-organização e no financiamento coletivo, foi conquistada uma caixa d’água com capacidade de dez litros de armazenamento, instalada no ponto mais alto do acampamento. A caixa d’água é abastecida pelo DAEV, e,

quando há demora na entrega e falta recursos hídricos, há a possibilidade de direcionamento da água da mina para esse espaço. Simbolicamente, a imagem do Sr. Luis Ferreira foi grafitada nos muros que sustentam a caixa d'água no dia que se completaram dois anos de sua morte ocorrida na luta por água.

Imagem 8 – Caixa d'água com maior capacidade de armazenamento com destaque para o grafite do Sr. Luis Ferreira na parte frontal



Fonte: Arquivos do Acampamento *Marielle Vive!*

O Coletivo de Mulheres que Converte a Crise Hídrica em Potência Artística e de Resistência

Segundo Caldart (2004), o movimento é tido como um sujeito pedagógico, como uma coletividade que atua intencionalmente na formação de pessoas, desde a construção da decisão de rebelar-se até colocar-se em luta. Na luta, a pauta política se constitui e educa. Na articulação da luta pela terra e da luta pela água no Acampamento *Marielle Vive!*, sobressaem-se as mulheres organizadas para a realização de trabalhos artísticos engajados, como é o caso do trabalho com as *arpilleras*.

Em momentos de crise, como a vivenciada sob a pandemia de covid-19, as violências aumentam contra a classe trabalhadora, especialmente com seus componentes mais vulneráveis – as mulheres pretas, periféricas, do campo, sujeitos LGBTQTs, crianças, idosos, pessoas com deficiência. Por isso, em abril de 2020, o MST do estado de São Paulo criou uma Rede de Combate à Violência Doméstica (RCVD). Dentre as atividades propostas pela RCVD, estão as *arpilleras*. “A *arpillera* é uma técnica têxtil que possui raízes numa antiga tradição popular iniciada por um grupo de bordadeiras de Isla Negra, localizada no litoral central chileno. A conhecida folclorista Violeta Parra ajudou a difundir esse trabalho artesanal.” (BACIC, 2012, p. 8). Esses trabalhos artísticos resultam de bordados em sacos de farinha ou batatas em cânhamo ou linho grosso, com retalhos de panos e, sob a ditadura pinochetista, foram usados retalhos das roupas dos companheiros e filhos desaparecidos.

Toda costura é feita à mão, desse modo as mulheres bordam suas histórias, de suas famílias e da comunidade em que estão inseridas. A técnica consistia numa fonte de sobrevivência em tempos adversos,

violentos, da Ditadura Militar de Augusto Pinochet (1973-1992). Muitas das *arpilleras* trazem inscritos sonhos, problemas políticos e sociais vividos. As mulheres bordaram experiências de sofrimento com a ditadura chilena e, dessa forma, quebraram o silêncio. Muitas *arpilleras* eram enviadas a outros países e traziam escondidas entre os retalhos bordados cartas escritas pelas mulheres, em que elas denunciavam crimes, como os de tortura e desaparecimento, que eram silenciados pelo regime ditatorial.

Além disso, os trabalhos manuais geravam renda às chilenas. Com base em valores como solidariedade, verdade e justiça, representavam uma contribuição histórica à memória do país. As oficinas difundiram-se nacionalmente, e a prática cruzou fronteiras.

No Brasil há experiências como a do Coletivo de mulheres do Movimento dos atingidos por barragens (MAB) por meio do projeto “Arpilleras, Bordando a Resistência”. Em 2020, fundamentada nessas experiências históricas, a RCVD adotou a prática das *arpilleras* como uma das atividades a ser desenvolvida pelas mulheres.⁵ O ciclo de *arpilleras*, ocorrido em 2021, contou com um coletivo de mulheres do Acampamento *Marielle Vive!*. Chama a atenção a maneira como as lutas por terra e água se entrelaçaram no trabalho de expressão artística.

⁵ Houve três ciclos de *arpilleras* realizados entre 2020 e 2021, ocorridos de forma *online*. O 1º ciclo ocorreu entre agosto e outubro de 2020, com encontros semanais e virtuais. A temática escolhida foi o “Despejo do Quilombo do Meio”, participaram pessoas do setor de saúde do movimento, a brigada internacionalista Dessalines do Haiti, psicólogas da rede de saúde mental e mulheres do MAB. Entre fevereiro e abril de 2021, ocorreu o 2º ciclo de *arpilleras* da Rede do MST/SP, essa oficina foi voltada para pessoas que passaram ou estavam em processo de acolhimento pela Rede de Combate à Violência Doméstica. A temática escolhida foi a luta das mulheres na conjuntura política do governo de Bolsonaro e sua política necrófila, genocida durante a pandemia de covid-19. Houve a participação de Aline Maria (1979-2021), advogada popular, mãe, camponesa, que faleceu durante o ciclo (DIREÇÃO ESTADUAL DO MST EM SÃO PAULO, 2022).

Os ciclos de *arpilleras* pronunciam o mundo, são atos de coragem entre mulheres que foram alvo de vários tipos de violência ao longo de suas vidas e que estão em processo de conscientização e libertação, engajadas em um movimento social como o MST. O diálogo, assim como destacado na teoria de Paulo Freire (2011), é central nas oficinas das *arpilleras*. Todo o processo é bordado em afetos, em problemáticas vividas que descosturam as amarras das violências sociais e quebram as correntes da opressão, bem como das contradições vividas por cada participante. Constituem-se, assim, momentos de encontro, de cooperação e de resistência.

As *arpilleras*, nesse contexto, resultam da práxis de mulheres trabalhadoras, já que elaboram criticamente, em coletivo, a realidade dos embates vividos pelos movimentos sociais. As mulheres sem-terra atuam como artífices de sua realidade, fazedoras da história, seres políticos construindo valores, saberes, cultura, desafiando a lógica do capital, e não como ignorantes do campo, meras receptoras da verdade imposta pelos opressores (FREIRE, 2011).

O trabalho artístico produzido nesse ciclo desenvolvido no *Marielle Vive!* trouxe à tona a questão da água, como expressão dos caminhos trilhados nessa luta no acampamento. Desde a representação da água como uma riqueza valorosa e de difícil acesso, equivalente a ouro, como no bordado da sem-terra Regina, ao aparecimento da água que alegra festas e sonhos.

Em 21 de outubro de 2021, o Acampamento *Marielle Vive!* recebeu a visita das representantes do Ministério Público. Na ocasião, a acampada Regina contou as origens históricas das *arpilleras* e indicou que seu trabalho artístico trazia uma cartinha escondida em suas bordas na qual expressava seus anseios por água e terra. No momento mais emocionante de seu relato público, enquanto presenteava as promotoras

presentes com sua *arpillera*, disse que morava no acampamento com seu marido, sem filhos pequenos, e percebendo a água como ouro, fazia questão de se solidarizar com as demais famílias com crianças, por isso, cedia sua parte recebida pelo DAEV e seguia armazenando água de chuva e buscando o recurso fora do acampamento semanalmente para suprir suas necessidades hídricas. Nessas circunstâncias, nota-se uma percepção bastante aguçada tanto sobre os dramas a serem vivenciados no século XXI com relação à escassez de água – que a coloca como um bem precioso e de alto valor no mercado – quanto com relação a princípios básicos de convivência humana fundamentados na solidariedade em benefício da existência de todas as pessoas.

Imagem 9 – *Arpillera* da sem-terra Regina com o título *Água, peso de ouro*



Fonte: Arquivos do Acampamento *Marielle Vive!*

Já na *arpillera* de Estela, a festa é molhada. Há gotas de água em vários tons umidificando a alegria colorida das pessoas que dançam com os braços balançando ao alto.

Imagem 10 – *Arpillera* com o título *Água é vida*



Fonte: Arquivos do Acampamento *Marielle Vive!*

Enquanto a *arpillera* de Hilda Clea inspira a análise de um sonho, um sonho azul em que uma torneira vinda dos céus lança água abundante num dia de sol. Se como Freud (2019, p. 166) imaginarmos que o sonho pode representar um desejo como realizado, “para a linguagem corrente o sonho é, predominantemente, o abençoado realizador de desejos. ‘Eu não teria imaginado isso em meus sonhos mais ousados’, exclama encantado aquele que vê suas expectativas superadas

pela realidade”, Hilda Clea borda o sonho que, na tessitura com outras mulheres, é desejado coletivamente.

Imagem 11 – Arpillera de Hilda Clea: *Sonho de água*



Fonte: Arquivos do Acampamento *Marielle Vive!*

Segundo Arroyo (2004, p. 15), “[...] o MST é considerado como educador enquanto movimento social e cultural. Sua presença, suas lutas, sua organização, seus gestos, suas linguagens e imagens são educativas, nos interrogam, chocam e sacodem valores, concepções, imaginários, culturas e estruturas. Constroem novos, valores e conhecimentos, nova cultura política. Formam novos sujeitos coletivos”. As *arpilleras* corroboram com essas reflexões, pois trata-se de um processo educativo que surge das tensões vividas, mostrando que o campo está vivo e educa.

Poderíamos indagar: Quem educa o povo? Quem faz e conta sua história? Quem guarda sua memória? O trabalho das *arpilleras* realizado pelas mulheres sem-terra do Acampamento *Marielle Vive!* registra momentos decisivos dos enfrentamentos vivenciados e conforma uma prática educativa, e particularmente artística, compartilhada entre países latino-americanos marcados pelo bloqueio sistemático à reforma agrária e à organização política da classe trabalhadora.

Considerações Finais

Notamos que as crises ambiental e climática agudizam a profunda desigualdade social sob o capitalismo. A escassez de água para parte considerável da população marca um novo tempo nas lutas por terra no Brasil, de modo a qualificar a questão agrária em termos que envolvem o desafio de plantar e reflorestar, logo, produzir alimentos ao mesmo tempo que se “cultiva” água como verificamos em várias das iniciativas do Acampamento *Marielle Vive!*. Sua presença numa APA traz a incumbência de produzir alimentos por métodos que tenham o complemento constante de plantio de árvores que atraiam os rios voadores da Amazônia.

Na tessitura das *arpilleras*, as mulheres acampadas sonham água em abundância para todos. Nesse *todos* cabem também as pessoas que vivem nos arredores do território, já que o benefício de novas árvores e plantio agroecológico seria compartilhado para além daquelas cercas.

Nas reflexões deste ensaio, consideramos que a formação política desenvolvida no *Marielle Vive!*, no dia a dia da luta na ocupação da terra, trouxe o desafio de transformar a dolorosa perda do Sr. Luis, que se manifestava por um direito humano básico, em símbolo de coragem a

animar a resistência, assim como no alinhar das mulheres em suas *arpilleras* se delineiam os contornos do horizonte vislumbrado em que haja abundância de água e terra em benefício da reforma agrária popular.

Referências

ARROYO, M. Apresentação. In: CALDART, R. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BACIC, R. História das arpilleras. In: ABRÃO, P. *Arpilleras: da resistência política chilena*. Brasília: Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: <https://cjt.ufmg.br/wp-content/uploads/2019/02/CA.-Arpilleras-da-Resist%C3%Aancia-Pol%C3%ADtica-Chilena.pdf>

BOMBARDI, L. M. *Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia*. São Paulo: FFLCH-USP, 2017. *E-book*. Disponível em: <https://conexaoagua.mpf.mp.br/arquivos/agrotoxicos/05-larissa-bombardi-atlas-agrotoxico-2017.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2021.

CALDART, R. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CASTRO, J. E.; HELLER, L.; MORAIS, M. P. (org.) *O direito à água como política pública na América Latina*. Uma exploração teórica e empírica. Brasília: IPEA, 2015. *E-book*. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/1505_05_web_o_direito_a_agua.pdf. Acesso em: 3 mar. 2021.

DIREÇÃO ESTADUAL DO MST EM SÃO PAULO. Aline Maria, presente! *MST*, [s. l.], 22 maio 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/05/22/aline-maria-presente/>. Acesso em: 3 maio 2022.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREUD, S. *A interpretação dos sonhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NOBRE, A. D. *O futuro climático da Amazônia – Relatório de Avaliação Científica*. São José dos Campos: ARA, CCST_INPE, INPA, 2014. Disponível em: <http://www.ccst.inpe.br/o-futuro-climatico-da-amazonia-relatorio-de-avaliacao-cientifica-antonio-donato-nobre/>. Acesso em: 26 abr. 2022.

NOVAES, H. T. *et al.* A economia política da “revolução verde”, a agroecologia e as escolas de agroecologia do MST. In: NOVAES, H.; MAZIN, D. Â.; SANTOS, L. (org.). *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. São Paulo: Outras expressões, 2015.

REDE PENSSAN. *Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil*. 2021. *E-book*. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 3 mar. 2021.

RODRIGUES, F. C. *MST: formação política e reforma agrária nos anos de 1980*. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

SILVA, D. A. *Marielle Vive: lutando por direitos. Uma proposta de assentamento agroecológico em Valinhos SP*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020. *E-book*. Disponível em: https://issuu.com/danielesilva687/docs/livreto_03. Acesso em: 30 abr. 2022.

